



OS POVOADOS DE SÍTIO NOVO DO TOCANTINS:

Condições habitacionais e engajamento à política de habitação rural de interesse social

THE VILLAGES OF SÍTIO NOVO DO TOCANTINS:

Housing conditions and implementation of rural social housing policy

LOS POBLADOS DE SÍTIO NOVO DO TOCANTINS:

Condiciones habitacionales e implementación de la política de vivienda rural de interés social

Lucielton Ferreira Cruz¹

Mariléa Borges de Lima Salvador²

RESUMO

A política habitacional rural constitui importante instrumento para a efetivação do direito à moradia das populações do campo, especialmente em territórios marcados por desigualdades no acesso à infraestrutura e aos serviços públicos. Este artigo objetiva analisar a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio de sua vertente de habitação rural, nos povoados de Sítio Novo do Tocantins, refletindo sobre sua contribuição para a efetivação do direito à moradia e sobre seus limites diante das condições habitacionais e das necessidades apresentadas pelos moradores. Trata-se de pesquisa qualitativa e participante, desenvolvida com apoio de pesquisa bibliográfica, documental e de entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores dos povoados estudados. A análise considera também o processo histórico de formação desses territórios e as relações entre ruralidade, atividades produtivas, acesso a serviços e atuação do poder público. Em Sítio Novo do Tocantins, o Programa Nacional de Habitação Rural resultou na entrega de 43 unidades habitacionais distribuídas entre dez povoados. Os resultados indicam melhoria das condições de habitabilidade para parte das famílias contempladas, embora persistam moradias precárias e outras necessidades territoriais. Conclui-se que o programa representou avanço importante, porém parcial, exigindo continuidade, ampliação e articulação com infraestrutura e serviços públicos adequados às populações do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Bico do Papagaio; Habitação de Interesse Social; Habitação Rural; Programa Minha Casa Minha Vida; Povoados.

¹ Universidade Federal do Tocantins | Programa de Pós-Graduação em Serviço Social | <https://orcid.org/0009-0005-6196-4887> | lucieltonferreiracruz@gmail.com

² Universidade Federal do Tocantins | Programa de Pós-Graduação em Serviço Social | <https://orcid.org/0000-0002-1264-8870> | mborges@uft.edu.br

ABSTRACT

Rural housing policy constitutes an important instrument for ensuring the right to housing for rural populations, especially in territories marked by inequalities in access to infrastructure and public services. This article analyzes the implementation of the Minha Casa, Minha Vida Program through its rural housing component in the villages of Sítio Novo do Tocantins, considering its contribution to the realization of the right to housing and its limitations in relation to local housing conditions and residents' needs. This qualitative and participatory study was developed through bibliographic and documentary research and semi-structured interviews with residents of the villages studied. The analysis also considers the historical formation of these territories and the relationships between rurality, productive activities, access to services, and government action. In Sítio Novo do Tocantins, the National Rural Housing Program resulted in the delivery of 43 housing units distributed among ten villages. The findings indicate improved housing conditions for some of the families served, although precarious housing and other territorial needs remain. The study concludes that the program represented an important but partial advance, requiring continuity, expansion, and articulation with infrastructure and public services adapted to the needs of rural populations in order to make the right fully effective.

KEYWORDS: Bico do Papagaio; Social Housing; Rural Housing; Minha Casa, Minha Vida Program; Villages.

RESUMEN

La política de vivienda rural constituye un instrumento para la realización del derecho a la vivienda de las poblaciones rurales, especialmente en territorios marcados por desigualdades en el acceso a infraestructura y servicios públicos. Este artículo analiza la implementación del Programa Minha Casa, Minha Vida, por medio de su vertiente de vivienda rural, en los poblados de Sítio Novo do Tocantins, considerando su contribución a la realización del derecho a la vivienda y sus limitaciones frente a las condiciones habitacionales y las necesidades de los residentes. Se trata de una investigación cualitativa y participativa, desarrollada mediante investigación bibliográfica, documental y entrevistas semiestructuradas realizadas con habitantes de los poblados estudiados. El análisis considera el proceso histórico de formación de estos territorios y las relaciones entre ruralidad, actividades productivas, acceso a servicios y actuación del poder público. En Sítio Novo do Tocantins, el Programa Nacional de Vivienda Rural resultó en la entrega de 43 unidades habitacionales distribuidas entre diez poblados. Los resultados indican mejores condiciones de habitabilidad para parte de las familias atendidas, aunque persisten viviendas precarias y necesidades territoriales. Se concluye que el programa representó un avance importante, aunque parcial, que requiere continuidad, ampliación y articulación con infraestructura y servicios públicos.

PALABRAS CLAVE: Bico do Papagaio; Vivienda de Interés Social; Vivienda Rural; Programa Minha Casa, Minha Vida; Poblados.

INTRODUÇÃO

O artigo reflete sobre as repercussões da política de Habitação Rural de Interesse Social no contexto dos povoados de Sítio Novo do Tocantins, considerando a moradia como um direito social fundamental para a reprodução da vida e para a permanência das famílias no campo. A Constituição Federal de 1988, com a alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 26/2000, incorporou expressamente a moradia ao conjunto dos direitos sociais, reforçando a responsabilidade estatal na formulação e implementação de políticas públicas capazes de ampliar o acesso da população a condições adequadas de habitação (Brasil, 2000).

No âmbito da política habitacional brasileira, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), regulamentado pela Lei nº 11.977/2009, passou a contemplar tanto a habitação urbana quanto a rural. Sua vertente destinada ao campo foi operacionalizada por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), cuja finalidade era subsidiar a produção ou reforma de imóveis destinados, principalmente, a agricultores familiares e trabalhadores rurais, mediante operações com recursos públicos e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Brasil, 2009).

Historicamente, as famílias residentes em territórios rurais, sobretudo aquelas com menor renda, encontraram maiores dificuldades para acessar financiamento, materiais de construção, assistência técnica e outros mecanismos necessários à produção ou melhoria da própria moradia. Nesse sentido, a política habitacional rural possibilitou que famílias com reduzida capacidade de investimento tivessem acesso à construção ou reforma de suas casas, embora sua abrangência não tenha sido suficiente para alcançar toda a demanda existente (Rover; Munarini, 2010).

Em Sítio Novo do Tocantins, o PNHR passou a alcançar os povoados da zona rural e resultou na entrega de 43 unidades habitacionais em 2013, levando em consideração o contexto social local caracterizado pela presença de famílias de agricultores e trabalhadores rurais e pela permanência de moradias construídas com materiais e técnicas diversas, algumas delas apresentando condições precárias de habitabilidade. Esse cenário permite analisar a intervenção habitacional não apenas pelo número de unidades produzidas, mas por sua relação com as condições concretas de vida da população atendida.

Diante dessa problemática, o artigo objetiva analisar a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio de sua vertente de habitação rural, nos povoados de Sítio Novo do Tocantins, refletindo sobre sua contribuição para a efetivação do direito à moradia e sobre seus limites diante das condições habitacionais e das necessidades apresentadas pelos moradores desses territórios.

A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter participante, foi desenvolvida com apoio de pesquisa bibliográfica e documental e de entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores dos povoados estudados. A análise buscou articular as informações documentais, bibliográficas e empíricas produzidas nas entrevistas, privilegiando a interpretação das relações sociais observadas e relatadas pelos participantes, sem estabelecer juízos prévios de valor sobre os processos estudados.

Para preservar a identidade, a privacidade e evitar possíveis situações de exposição ou constrangimento, os participantes foram identificados ao longo do texto por códigos de identificação, substituindo-se seus nomes por designações como Entrevistado A, Entrevistado B, Entrevistada C e assim sucessivamente.

Nessa perspectiva, considera-se a necessidade de distanciamento das prenoções na análise dos fatos sociais, bem como a importância de uma abordagem atenta às práticas, experiências e relações estabelecidas pelos sujeitos em seus contextos concretos de vida (Durkheim, 1995; Magnani, 2002).

TRAÇOS MARCANTES DO MUNICÍPIO DE SÍTIO NOVO DO TOCANTINS

Consoante as informações apresentadas pelos entrevistados, moradores dos povoados rurais de Sítio Novo do Tocantins, o município é classificado como de Pequeno Porte I e está localizado no extremo norte do Estado do Tocantins, na região do Bico do Papagaio.

Quanto ao processo histórico e à formação social do município, os relatos dos entrevistados situam a origem de Sítio Novo no final da década de 1940, a partir de um pequeno núcleo de ocupação formado em torno de um rancho utilizado por caçadores. A disponibilidade de terras para cultivo e a presença de recursos naturais favoreceram a permanência de famílias que desenvolviam atividades ligadas à agricultura, à extração de madeira, ao extrativismo do coco babaçu e à caça, inicialmente voltadas principalmente à subsistência.

Segundo os relatos, entre as famílias que se estabeleceram na localidade por volta de 1948 estavam as de Pedro Lima, Manoel Ferreira de Castro e Firmino Luterano. A ocupação foi acompanhada pela construção de moradias e pelo cultivo de produtos como arroz, feijão, milho e algodão, além da exploração do coco babaçu como fonte de renda.

Entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1960, a formação de Sítio Novo ocorreu em um contexto de transformações mais amplas no espaço rural brasileiro e amazônico. A expansão das vias de circulação, a intensificação das relações entre produção rural e mercados urbanos e a maior atuação do Estado por meio de projetos de integração territorial modificaram progressivamente as formas de ocupação, trabalho e circulação de pessoas e mercadorias.

Essas transformações também se inseriram em um processo mais amplo de expansão das relações de mercado e de reorganização econômica do território, apoiado por investimentos e políticas estatais de integração regional, que ampliaram a conexão entre as áreas de produção rural e os circuitos econômicos nacionais.

Na região do Bico do Papagaio, esses processos estiveram associados à ampliação dos fluxos migratórios e à reorganização das atividades produtivas, historicamente vinculadas à agricultura de subsistência, ao extrativismo e, posteriormente, à expansão de outras atividades agropecuárias (Miranda; Santos; Carniello, 2023).

Na segunda metade da década de 1950, a construção da rodovia Belém-Brasília, entre 1958 e 1960, constituiu uma importante intervenção estatal voltada à integração da Amazônia ao restante do território nacional e produziu novas condições para a circulação de pessoas, mercadorias e atividades econômicas na região (Andrade, 2019). Nesse cenário de mudanças na organização territorial e nas relações de trabalho, pequenos núcleos populacionais também passaram por processos de crescimento e institucionalização, contexto no qual se insere a consolidação de Sítio Novo nas décadas seguintes.

Somente após a construção de uma capela, dedicada ao Sagrado Coração de Maria, padroeira da cidade, e de uma escola pública, o povoado experimentou um rápido desenvolvimento e foi elevado à categoria de distrito do município de Itaguatins.

Elevado à categoria de Distrito por força da Lei nº 01/63, de 9 de fevereiro de 1963, da câmara municipal de Itaguatins, TO, Sítio Novo de Goiás é transformado em município em 1963, quando a Lei Estadual nº 4.683/63, de 14 de outubro de 1963, o desmembra do

município de Itaguatins e autoriza seus habitantes a serem chamados de sítio-novenses. Situação socio-geográfica que vai mudar a partir da criação do Estado do Tocantins, em 1989.

Com a criação do Estado do Tocantins, a Assembleia Legislativa por disposição do Decreto Legislativo nº 01/89, de 1º de janeiro de 1989, no artigo 4º, alterou o nome de Sítio Novo de Goiás para Sítio Novo do Tocantins, localizado no vale do rio Tocantins, na região conhecida como Bico do Papagaio, extremo norte do Estado, distante 720 km de Palmas, Capital do Estado.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o município de Sítio Novo do Tocantins possui 10.830 habitantes e área territorial de 324,10 km² (IBGE, 2025). Localizado no extremo norte do Estado do Tocantins, integra a região do Bico do Papagaio e possui organização territorial marcada pela sede urbana e pelos povoados que compõem sua zona rural.

Percorrendo o cotidiano administrativo e institucional do município, encontramos em Sítio Novo do Tocantins uma estrutura de gestão municipal, composta por 14 secretarias municipais, sendo elas: Secretaria de Administração; Secretaria de Finanças; Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; Secretaria de Infraestrutura e Obras; Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Transporte; Controle Interno; Recursos Humanos; Secretaria de Cultura, Desportos e lazer; Secretaria da Mulher; Secretaria de Planejamento; Secretaria de Relações Institucionais.

Notadamente essa estrutura administrativa e institucional do município é composta de vários equipamentos sociais, majoritariamente localizados na zona urbana do município, formada por 2 Creches de tempo integral; 4 Escolas municipais; 2 Escolas estaduais; 1 Hospital Municipal; 2 Unidades Básicas de Saúde; 3 Agências bancárias: Banco do Brasil, Bradesco e Agência Lotérica da Caixa Econômica; 1 Caps; 1 Cras; 1 Campo de futebol; 2 Ginásios poliesportivos; 1 Parque de exposição; 1 Parque aquático; 2 Escolas de tempo integral (em construção); 1 Cer - Centro Especializado em Reabilitação; Detran; Ruraltins; Adapec e Coletoria Estadual.

Na zona rural, estão instalados poucos equipamentos sociais em alguns povoados no município. Dessa forma, a população rural do município conta com 2 Escolas Estaduais; 3 Escolas Municipais; 1 Creche; 9 UBS (Posto de Saúde); 9 Campos de futebol; 9 Igrejas evangélicas e 9 Igrejas católicas.

A configuração socioespacial de Sítio Novo do Tocantins apresenta diferenças entre a sede urbana e os povoados rurais, especialmente quanto à distribuição das moradias, das

atividades econômicas e dos equipamentos públicos. A área urbana é formada por cinco bairros residenciais e concentra parcela importante da infraestrutura comercial, administrativa e de serviços do município.

Na sede municipal, destacam-se atividades vinculadas ao serviço público, ao comércio e à prestação de serviços. A reduzida presença de atividades industriais faz com que parcela significativa da população economicamente ativa esteja vinculada ao funcionalismo público, ao comércio e ao trabalho autônomo.

Quanto às condições habitacionais, predominam na área urbana moradias próprias de arquitetura simples, enquanto os povoados apresentam maior diversidade de padrões construtivos e características demográficas. Essa diferenciação deve ser compreendida em conjunto com a distribuição desigual de serviços, atividades econômicas e equipamentos públicos entre as áreas urbana e rural.

OS POVOADOS DE SÍTIO NOVO DO TOCANTINS: RURALIDADE EM CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MORADIA DIGNA

Em Sítio Novo do Tocantins, a relação entre campo e cidade deve ser compreendida para além das diferenças visíveis na paisagem. Embora os espaços urbano e rural apresentem características físicas distintas, sua diferenciação envolve também a organização do trabalho, as atividades econômicas predominantes, o acesso a bens e serviços, a infraestrutura disponível e a presença institucional do Estado. Ao mesmo tempo, esses espaços mantêm relações econômicas e sociais contínuas, o que torna necessário analisá-los como realidades distintas, porém articuladas.

Do ponto de vista sociológico, a cidade não pode ser compreendida apenas por sua materialidade ou pela concentração de edificações e equipamentos. Wirth (1938) demonstra que o urbanismo constitui também um modo de vida associado a determinadas formas de organização social, divisão do trabalho, relações econômicas e sociabilidades, podendo seus efeitos ultrapassar os limites físicos da cidade.

De forma complementar, Simmel (2005) evidencia que as transformações da vida urbana estão relacionadas à intensificação das trocas, à especialização das atividades e às mudanças nas relações sociais produzidas pela modernização. Essa perspectiva permite compreender a presença de práticas, serviços e elementos associados ao urbano nos

povoados de Sítio Novo do Tocantins sem pressupor, contudo, o desaparecimento de suas características rurais.

Nesse sentido, a divisão social do trabalho constitui elemento importante para compreender as relações campo-cidade, uma vez que as diferenças entre esses espaços também se expressam nas funções econômicas e sociais desempenhadas por seus habitantes (Costa; Santos; Costa, 2013). Estudos do IBGE igualmente ressaltam que a caracterização do rural e do urbano deve considerar aspectos morfológicos, funcionais, estruturais e locacionais, não se limitando à aparência física do território ou à sua classificação administrativa (IBGE, 2017).

No município estudado, na área urbana, destacam-se atividades relacionadas ao serviço público, ao comércio e à prestação de serviços, enquanto nos povoados rurais permanecem relevantes a agricultura familiar, a produção para subsistência, a pecuária e o extrativismo, especialmente relacionado ao coco babaçu. Ao mesmo tempo, a presença de comércio e de outras atividades não agrícolas nos povoados demonstra que o rural contemporâneo não pode ser identificado exclusivamente com a atividade agrícola.

Nesse contexto, a sede urbana concentra parte importante da estrutura administrativa municipal, estabelecimentos bancários, hospital, unidades de saúde e outros equipamentos institucionais, enquanto nos povoados rurais os serviços públicos aparecem de forma mais reduzida e dispersa. Essa distribuição desigual evidencia que a relação campo-cidade não se estabelece apenas pela distância física ou pelas características da paisagem, mas também pelas diferentes possibilidades de acesso da população a serviços, infraestrutura, mercado e instituições públicas.

Do ponto de vista político-administrativo, a delimitação entre áreas urbanas e rurais também envolve critérios estabelecidos pela legislação e pelo planejamento municipal. Entretanto, o IBGE (2017), ao discutir novas formas de classificação dos espaços rurais e urbanos brasileiros, considera critérios como densidade demográfica, dimensão populacional e localização em relação aos centros urbanos, indicando a necessidade de superar classificações fundamentadas exclusivamente nos limites administrativos. Dessa forma, em municípios de pequeno porte como Sítio Novo do Tocantins, campo e cidade devem ser compreendidos como espaços distintos, porém articulados econômica, social e institucionalmente.

Medeiros (2017) define esse quadro de realidade social que se entrelaça entre o urbano e o rural como uma das principais faces da nova ruralidade brasileira. Com essa autora compreende-se o novo e atual panorama visível no campo como resultado de várias determinações advindas do desenvolvimento tecnológico que possibilita a entrada de novas informações e novos componentes no campo, tais como novas técnicas de produção, de comercialização da produção agrícola e de mercadorias de subsistência não produzidas no campo, efetivamente industrializada, estabelecendo, também, novas formas de circulação do dinheiro e também de ideias promovendo uma troca de conhecimentos e saberes mais intensas entre as populações do campo e da cidade.

Sendo assim, nesse entrelaçamento de aspectos que hoje se misturam nos ambientes formados pela zona urbana e zona rural, pode-se explicar o fenômeno da ruralidade como:

[...] um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram ainda em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. Ali se reencontra uma dinâmica distinta e práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. Esta comunidade humana é muitas vezes representada pela forma de viver que associa o território, às relações de vida e à coesão social. Este tipo de população mantém um laço estreito com seu ambiente, valoriza a cultura identitária das diferentes comunidades. (Medeiros, 2017, p. 181).

Em suma, a ruralidade pode ser entendida como a sociabilidade vivenciada hoje pelas populações do campo submetidas as constantes mudanças conjunturais das sociedades em que fazem parte como grupos sociais locais, provocando as várias diversificações observadas atualmente no mundo rural. Diversificações que atingem a totalidade da vida no campo, ou seja, alterando as atividades socioeconômicas se modificam, as paisagens, mudando, inclusive, a gestão do território, modificando a distribuição do povoamento e as relações de vizinhança, segundo Medeiros (2017, p.181).

As transformações observadas na zona rural de Sítio Novo do Tocantins também estão relacionadas à ampliação das relações de mercado, à circulação de informações e à incorporação de novas atividades econômicas e formas de consumo. Esses processos promovem mudanças nas práticas cotidianas dos moradores e intensificam as relações estabelecidas entre os povoados e a sede urbana.

Nesse contexto, os moradores rurais passam a conviver com novos bens, serviços, técnicas e referências socioculturais, sem que isso implique necessariamente o desaparecimento das formas de sociabilidade e das identidades construídas historicamente

no campo. Trata-se, portanto, de um processo de transformação e adaptação das relações sociais no espaço rural, conforme discutido por Medeiros (2017):

A ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano. A ruralidade sugere uma gama considerável de imagens quando é pensada, quando é discutida. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados. Nesta ruralidade está expressa a capacidade destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas. (Medeiros, 2017, p. 182).

Enquanto construção social em constante movimento de adaptação as mudanças conjunturais, a ruralidade representa a realidade social dos povoados da zona rural de Sítio Novo do Tocantins, notadamente acessíveis as novas funções e novas atividades presenciadas no campo, onde se mesclam a vida cotidiana das famílias rurais com o movimento institucional da administração municipal e as iniciativas privadas, sobretudo, o comércio observado em franco crescimento nos povoados.

Com essa configuração socioespacial, os povoados de Sítio Novo do Tocantins apresentam atividades agrícolas e não agrícolas, incluindo agricultura, comércio, lazer e prestação de serviços, evidenciando o estreitamento das relações econômicas e sociais entre campo e cidade, o que não significa o desaparecimento das diferenças entre esses espaços.

As transformações observadas nos povoados também se expressam na presença de equipamentos, serviços e estruturas encontrados tanto em espaços urbanos quanto rurais, como escolas, unidades de saúde, igrejas, espaços de lazer, estabelecimentos comerciais e moradias de alvenaria. A presença desses elementos não transforma automaticamente os povoados em espaços urbanos, mas evidencia a intensificação das relações econômicas, sociais e institucionais entre campo e cidade.

Nesse contexto, a ruralidade contemporânea é marcada pela incorporação de bens, serviços e atividades diversas, sem que o rural perca necessariamente suas particularidades sociais, culturais e produtivas. Como discutem Lima (2007) e Martins (2013), as mudanças observadas no meio rural envolvem novas funções, formas de consumo e relações com atividades não agrícolas, ao mesmo tempo em que permanecem vínculos territoriais, produtivos e socioculturais característicos desses espaços. Dessa forma:

O rural retira do urbano, principalmente bens de consumo, estabelecendo modos de vida moderno, daí ser possível afirmar que o rural precisa do urbano, para se reproduzir; vai perdendo a sua característica unicamente produtiva para ganhar novos significados, “quanto a espaço de lazer, de melhor estilo de vida, em contato com o meio ambiente (a natureza), respirar ar puro, ou, mesmo quando dentro de um viés econômico, não se restringe unicamente à agropecuária, mas ao turismo rural, artesanato etc., de maneira que tem mais a ver com a conservação do meio ambiente”. (Lima, 2007, p.10-11). Esta preservação da natureza passa a ser um suporte para a exploração econômica do meio ambiente, promovendo o turismo rural e da agricultura orgânica que leva a preservação do meio ambiente. Ao contrário do modo de vida urbano, existe uma relação muito íntima com a natureza do modo de vida rural, sendo, portanto, uma característica da ruralidade. (Martins, 2013, p. 24).

As unidades habitacionais construídas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida introduziram novas características construtivas na paisagem dos povoados de Sítio Novo do Tocantins. As 43 unidades distribuídas entre os dez povoados, construídas em alvenaria e com acabamento próprio dos projetos habitacionais, coexistem com moradias edificadas por meio de diferentes materiais e técnicas construtivas, como madeira, adobe e taipa. Essa diversidade evidencia distintas condições habitacionais presentes no território rural.

A implantação dessas unidades também contribuiu para modificar a configuração habitacional dos povoados, ampliando o acesso de parte das famílias a edificações com estruturas mais seguras e melhores condições de habitabilidade. Tais mudanças devem ser compreendidas como parte das transformações vivenciadas no espaço rural, sem pressupor que a incorporação de determinados padrões construtivos implique a substituição das formas de vida ou das identidades historicamente constituídas nesses territórios.

Essas transformações observadas no meio rural também estão relacionadas à ampliação da atuação do poder público e ao reconhecimento dos direitos sociais das populações do campo. Sob a égide da Constituição Federal de 1988, diferentes políticas passaram progressivamente a contemplar essas populações. No campo habitacional, destaca-se a implementação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, a partir de 2009, como instrumento de ampliação do acesso à moradia para agricultores familiares e trabalhadores rurais.

A ampliação de políticas direcionadas às populações rurais contribuiu para incorporar diferentes demandas sociais à agenda estatal, incluindo habitação, assistência social, saúde, educação e previdência. No caso dos povoados de Sítio Novo do Tocantins, a política habitacional passou a integrar esse processo de transformação, possibilitando a substituição,

para parte das famílias contempladas, de moradias com condições precárias de habitabilidade por unidades construídas em alvenaria e com estruturas mais adequadas.

O direito à moradia rural e o programa minha casa, minha vida nos povoados de sítio novo do tocantins

A moradia constitui um direito social e, no meio rural, relaciona-se não apenas à existência de uma edificação, mas também às condições de segurança, salubridade, infraestrutura e permanência das famílias no território. Nesse contexto, o Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), passou a atender agricultores familiares e trabalhadores rurais, subsidiando a construção ou reforma de moradias e ampliando o acesso da população do campo à política habitacional (BRASIL, 2009).

A criação do PNHR representou uma ampliação da política habitacional brasileira para além do espaço urbano, incorporando à agenda pública as necessidades habitacionais de diferentes grupos residentes no campo. Nesse contexto, Buonfiglio (2022) destaca que a atuação do programa não pode ser considerada residual, uma vez que alcançou diferentes territorialidades e grupos sociais, entre eles agricultores familiares, assentados, comunidades extrativistas, indígenas, quilombolas e pescadores.

Em Sítio Novo do Tocantins, a implementação do programa resultou na entrega de 43 unidades habitacionais distribuídas entre os dez povoados do município representando uma mudança importante para as famílias contempladas, especialmente diante da existência de moradias de taipa, adobe, madeira e outras estruturas precárias. Dessa forma, a política habitacional contribuiu para melhorar objetivamente as condições de moradia de parte da população rural.

Entretanto, o alcance do programa também revela limitações. O número reduzido de unidades construídas, quando comparado às necessidades existentes nos povoados, demonstra que a política não foi suficiente para superar a precariedade habitacional do território. Rover e Munarini (2010) identificaram que a política de habitação rural cria oportunidades para famílias com reduzida capacidade de investimento construírem ou reformarem suas moradias, embora sua abrangência permaneça limitada diante da demanda existente.

Carvalho, Paula e Pereira (2016), ao analisarem experiências do PNHR na Zona da Mata mineira, chamam atenção para a necessidade de adequar os projetos habitacionais aos

modos de morar e às práticas próprias das populações rurais. Em outra experiência, Moreira, Gomes e Araújo (2021) identificaram dificuldades institucionais e de gestão durante a execução de empreendimento do PNHR, evidenciando que os resultados da política também dependem da articulação entre entidades organizadoras e poder público.

As narrativas dos moradores reforçam essa contradição. Em Santa Inês, uma entrevistada reconhece as transformações promovidas pela chegada de energia elétrica, água encanada, estradas e escola, mas ressalta que “ainda há muito a ser feito”, especialmente diante da permanência de moradias precárias e insalubres. Em Folha Seca, outra moradora também reconhece que as condições melhoraram ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que afirma que “ainda há muito [...] a ser feito”. Esses relatos não constituem uma avaliação direta do Programa Minha Casa, Minha Vida, mas permitem identificar a percepção dos moradores sobre os avanços e as necessidades que permanecem nos povoados.

Assim, a experiência de Sítio Novo do Tocantins demonstra que o Programa Minha Casa, Minha Vida representou um avanço na efetivação do direito à moradia rural para as famílias contempladas, mas sua atuação permaneceu parcial. A continuidade e a ampliação das políticas habitacionais, articuladas ao acesso a infraestrutura e serviços públicos, são fundamentais para reduzir as desigualdades habitacionais ainda existentes no meio rural.

Aspectos gerais do histórico de alguns povoados, contados por seus moradores

Povoado Boa Esperança

O povoado Boa Esperança, antigo Centro do Zé Raimundo, recebeu esse nome em homenagem ao primeiro morador da localidade, conhecido como Raimundo Trovão. O Entrevistado A relatou aspectos de que se recorda sobre a formação e a história do povoado.

Quando os pais da dona Tereza chegaram nesse povoado não tinha nada e em Sítio Novo tinha apenas 15 famílias que moravam lá tudo estava no início com poucos habitantes. O município tem mais de 60 anos de idade e assim as famílias foram chegando e demarcando o que queria então todos eram posseiros. Seu adão chegou no povoado cento do Zé Raimundo no dia 04 de fevereiro de 1956 com apenas 22 anos. Logo em seguida conheceu a dona Tereza e casaram-se. (Entrevistado A)

Povoado Lago da União

O Entrevistado B conta que o primeiro morador desse povoado foi o senhor Cícero Miciata por volta de 1950. O lago da união que era antes conhecido como lagoa dos veados,

devido uma lagoa que tinha na entrada da vila, assim era nessa lagoa que os animais, caça, vinham beber e comer, atraindo caçadores para matar os animais então começaram a apelidar a então lagoa dos veados. Devido esse motivo as famílias sentiam-se ofendidas e então resolveram mudar o nome para Lago da União. O nome foi mudado em 1966 com a entrada do primeiro prefeito eleito Pedro Milhomem, e o segundo prefeito eleito Manoel Messias, assim as famílias reivindicaram e pediram a mudança do nome para Lago da União.

Antigamente as famílias se reuniam para dançar forró e o bumba meu boi. As festividades eram em junho e outubro, sendo o senhor Cicero que conseguiu levar a capela nossa Senhora Aparecida que é comemorada no dia 12 de outubro. Todos eram posseiros.

Em 1974 começou a grilagem e assim tomaram terra dos moradores e com isso muitos foram embora. O povoado já teve um vereador eleito que foi o senhor Raimundo Pimentel no ano de 1970 sendo o primeiro vereador a representar o povoado e em 1976 perdeu a reeleição. As estradas foram feitas de machados e foice, abrindo veredas e o meio de transporte era de animal e a pé. (Entrevistado B)

Povoado Mangueira

A Entrevistada C descreve o que lembra da formação do povoado. Conta que Antônio Granjeira foi o primeiro morador e fundador do povoado e em 1993 faleceu.

Pois foi através do senhor Antônio Granjeira que veio fazer uma roça plantando seus legumes para subsistência da família. No mesmo período que colocou a roça ele saiu plantando mudas de manga e assim ele fez uma casa e começou a morar dando início ao povoado, então os pés de manga foram crescendo e todos começaram a chamar- o Povoado de Mangueira. Assim seu Antônio, juntamente com outras pessoas, fez uma vareda para dar acesso ao município de Sítio Novo. Pois a estrada vicinal foi feita em 1980, o povoado deu início desde meados de 1965. (Entrevistada C)

Povoado Santa Inês

Moradora antiga do Povoado Santa Inês, a Entrevistada D lembra que Santa Inês foi o nome escolhido pelos primeiros habitantes e com isso o padre decidiu colocar o nome da padroeira Santa Terezinha em homenagem ao então povoado Santa Inês.

No ano de 1952, tinha por nome de coco fresco devido à diversidade de babaçuais na região, mas o povoado só começou a se desenvolver por volta de 1966 quando os habitantes começaram a produzir grandes roças de arroz, fazer muita caça e quebrar coco para subsistência da família. Até o ano 1971 todos ainda eram posseiros. A partir de 1982 que chegou a energia elétrica, água encanada, estradas vicinais e escola tudo em situação muito rustica e precária. ainda há muito a ser feito por essa região principalmente as moradias precárias e insalubres que essas famílias são submetidas há tanto tempo. (Entrevistada D)

Povoado Macaúba

O senhor Marcolino Ferreira Dias foi primeiro morador do povoado. Quando chegou nessa localidade ainda não existia nada, assim resolveu fazer uma roça e começou a plantar, conta o Entrevistado E.

Devido a localidade ser um local onde tinha pés de macaúba em excesso então começaram apelidar o lugar de macaúba e posteriormente ficou povoado macaúba. Assim, lá não tinha estrada e com isso fizeram uma vareda para terem acesso a cidade. O povoado já tem mais 60 anos de existência. Nos meses de maio e outubro o senhor Antônio Pereira da Cruz, realiza festas que já se tornaram tradição. A escola conta com uma igreja e mais nada, pois os alunos estudam no povoado de Santa Inês. O povoado não tem projetos em execução ou previstos. (Entrevistado E).

Povoado Juverlândia

O Entrevistado F menciona que por volta de 1950 chegou o primeiro morador dessa localidade, com o propósito de fazer roça e por ali ficou com sua família. E permaneceu até meados de 1973, onde nessa época já existia alguns moradores.

O nome de Juverlândia é uma homenagem ao primeiro morador que se chamava Juvenal. O primeiro nome Juverlândia quem colocou foi um senhor conhecido como Manoel Papoco por volta de 1975. A renda da Juverlândia é voltada para a agricultura tais como plantio de arroz, feijão, mandioca, milho, pecuária e da renda do leite. Existe um projeto das quebradeiras de coco babaçu, com o objetivo de ter sua própria sede para a produção do Mesocarpo. (Entrevistado F)

Povoado Folha Seca

Quem nos dá informações sobre a história do povoado é a Entrevistada G.

Quando cheguei aqui era matar virgem ainda e assim fizemos uma vareda para dar acesso aos outros povoados. Eu morava no povoado São Pedro e lá chamava-se folha seca. O primeiro morador foi o senhor Evangelista. Os primeiros morador vieram do povoado São Pedro, e devido as famílias vieram de um povoado que se chamava Folha Seca, então as famílias resolveram chamar o povoado de Folha Seca. Nesse povoado tem um campo de futebol, e uma escola. O acesso era difícil e não tínhamos como andar nem animal que os Jumentos; no início foi uma época de muito sofrimento, fome, dificuldade, mas com o passar do tempo melhorou muito mas ainda há muito ainda a ser feito. Muitas famílias são sócias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E as famílias até hoje principalmente as mulheres vivem exclusivamente da extração da amêndoa do coco do babaçu; as famílias vendem os produtos do Coco Babaçu como o carvão, o azeite e a amêndoa. (Entrevistada G).

Povoado Olho D'água do Coco

A povoação do Olho D'água do Coco começou em 1950 com a chegada de cinco famílias vindas da cidade de Itaguatins para Sítio Novo. Descreve, a Entrevistada H que durante

a viagem, que durou seis dias, enfrentaram uma forte chuva que causou atolamento e dificultou o percurso. Na época, a cidade de Sítio Novo já contava com oito famílias, e o povoado de Olho D'água começou com cinco.

O nome "Olho D'água do Coco" surgiu porque havia um pé de coco no local e, certa vez, um coco caiu dentro de um olho d'água. Nos primeiros anos, quando chegaram, não havia praticamente nada. Apenas o Buriti possuía duas casas, e São Miguel ainda não existia. Com o tempo, São Miguel cresceu e as estradas começaram a ser abertas. As primeiras famílias viviam da agricultura, plantando arroz e feijão, garantindo fartura para todos. As mangas não eram cultivadas na região e precisavam ser buscadas na Prata, após o Buriti, utilizando jumentos como meio de transporte, o que era um grande sacrifício.

O velho Doca foi um dos primeiros a se estabelecer, iniciando uma pequena roça. Depois, Paizinho chegou e comprou um terreno para fazer um campo. Inicialmente, foram dadas três diárias de trabalho para a construção do local, e assim surgiu a Rua Jarbas Passarinho. Mais tarde, começou a formação da Rua do Seco. Com o tempo, foram sendo feitas melhorias no povoado. Foi construído um campo de avião e uma lavanderia, que já passaram por reformas. Hoje, diferentemente do passado, todos têm acesso à água encanada em casa. (Entrevistada H)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a formação dos povoados na Amazônia Oriental, sobretudo na região do Bico do Papagaio, o estudo evidencia que esses espaços constituem construções sócio-históricas e culturais resultantes de diferentes processos de ocupação, migração, trabalho e organização comunitária. No caso de Sítio Novo do Tocantins, os relatos dos moradores demonstram que a formação dos povoados esteve associada à procura por terras para moradia e produção, especialmente por meio da agricultura, do extrativismo e de outras atividades vinculadas à subsistência das famílias.

Ao longo do tempo, esses espaços foram transformados pela ampliação das atividades econômicas, pela abertura de estradas, pela circulação de pessoas e mercadorias e pela implantação de políticas e serviços públicos. Processos mais amplos de desenvolvimento regional, incluindo a construção de importantes eixos rodoviários e a expansão de projetos econômicos na Amazônia, contribuíram para intensificar os fluxos migratórios e modificar as relações de trabalho e as formas de ocupação do território.

Nesse contexto, os moradores dos povoados passaram a participar de diferentes relações de trabalho e produção, mantendo atividades vinculadas à agricultura familiar, à pecuária e ao extrativismo, ao mesmo tempo em que se ampliaram atividades não agrícolas e relações mais intensas com os espaços urbanos. Essas transformações demonstram que os

povoados não são espaços socialmente estáticos, mas territórios cuja organização acompanha mudanças econômicas, institucionais e socioculturais ocorridas na região.

Assim, os povoados de Sítio Novo do Tocantins podem ser compreendidos como espaços produzidos historicamente pelas relações estabelecidas entre seus moradores, o território, as atividades produtivas e a atuação do poder público. Essa perspectiva permite analisar suas condições sociais e habitacionais a partir dos processos concretamente observados e relatados pelos participantes da pesquisa, evitando interpretar tais transformações exclusivamente a partir de características físicas ou de categorias valorativas previamente estabelecidas.

No que se refere especificamente ao objetivo deste estudo, a análise demonstrou que a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio da política de habitação rural, representou uma intervenção concreta nas condições habitacionais dos povoados de Sítio Novo do Tocantins. A construção de 43 unidades possibilitou às famílias contempladas o acesso a habitações estruturalmente distintas de parte das moradias precárias historicamente presentes nesses territórios, evidenciando a importância da atuação estatal para grupos que encontram maiores dificuldades para financiar, de maneira autônoma, a construção ou melhoria da própria residência.

Ao mesmo tempo, os resultados evidenciam que a efetivação do direito à moradia rural permanece incompleta, pois a quantidade limitada de unidades construídas, sua distribuição entre dez povoados e os relatos dos moradores sobre a permanência de habitações precárias demonstram que os efeitos positivos da política coexistem com necessidades ainda não atendidas. As percepções registradas nas entrevistas apontam melhorias nas condições gerais dos povoados, mas igualmente revelam a consciência dos moradores acerca das carências que permanecem no território.

Desse modo, o Programa Minha Casa, Minha Vida pode ser compreendido, no contexto analisado, simultaneamente como avanço e como expressão dos limites da política habitacional rural. Sua implementação ampliou o acesso de parte da população a melhores condições de moradia, mas não foi suficiente para universalizar esse direito. A moradia digna no campo exige continuidade das políticas habitacionais, ampliação de sua cobertura e articulação com infraestrutura, saneamento, transporte, saúde, educação e demais serviços públicos.

<https://doi.org/10.20873/ uft.am.2594-7494.out2026-6>



Dessa forma, reconhecer as especificidades dos povoados e incorporar as necessidades manifestadas por seus moradores constitui condição fundamental para que a política habitacional deixe de representar uma intervenção pontual e avance na consolidação do direito à moradia rural.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rômulo de Paula. Vencidas a distância e floresta!: a Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. **Tempo**, v. 25, n. 2, p. 363-381, 2019. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2019v250204.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. **Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: Planalto – Emenda Constitucional nº 26/2000. Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. Lei nº. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2009.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR): fronteira da política habitacional no Brasil. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 52, 2022. DOI: 10.22409/GEOgraphia2022.v24i52.a51223.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de; PAULA, Nayara Elisa Silva de; PEREIRA, Dafhini Aline Grego. Programa Nacional de Habitação Rural e modo de morar no campo: reflexões a partir da casa rural na Zona da Mata mineira. **Paranoá**, v. 9, n. 17, 2016. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.03.

COSTA, Geraldo Magela; SANTOS, Reinaldo Onofre dos; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespaciais da RMBH. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 104-120, 2013. DOI: 10.35699/2237-549X..13364.

<https://doi.org/10.20873/ uft.am.2594-7494.out2026-6>



DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (Estudos e Pesquisas. Informação Geográfica, n. 11). ISBN 978-85-240-4421-2.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico de 2022. IBGE: Rio de Janeiro, 2025.

ITAGUATINS. Lei nº 01/63, de 9 de fevereiro de 1963. Ato da Câmara Municipal que eleva o povoado Sitio Novo de Goiás à categoria de Distrito do município de Itaguatins. Itaguatins, 1963.

LIMA, Sergio Ricardo R. **Ruralidade: o debate sobre o velho e o novo no meio rural**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – 29 de maio a 01 de junho de 2007. UFPE, Recife (PE).

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. DOI: 10.1590/S0102-69092002000200002.

MARTINS, Cecília Maria Pereira. Rural. Ruralismo, Ruralidade. **Geografia Rural**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2013. 73 p.

MEDEIROS, Rosa Maria V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural., 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157495> Acesso em: 15/03/2025.

MIRANDA, Gilcifran Andrade; SANTOS, Moacir José dos; CARNIELLO, Monica Franchi. Bico do Papagaio: território e desenvolvimento regional (1930-1990). **Informe GEPEC**, Toledo, v. 27, n. 2, p. 182-201, 2023. DOI: 10.48075/igepec.v27i2.30861.

MOREIRA, Uelton Silva; GOMES, Almiralva Ferraz; ARAÚJO, Uajará Pessoa. Programa Nacional de Habitação Rural: um estudo no empreendimento Moradia Camponesa, em Anagé-BA. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 28, n. 1, e4, 2021. DOI: 10.5902/2318179643090.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 260-269, jul./dez. 2010. DOI: 10.1590/S1414-49802010000200013.

<https://doi.org/10.20873/ uft.am.2594-7494.out2026-6>



SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005. DOI: 10.1590/S0104-93132005000200010.

TOCANTINS. Decreto Legislativo nº 01/89, de 1º de janeiro de 1989. Assembleia Legislativa do Tocantins. Transforma o município Sítio Novo de Goiás em Sítio Novo do Tocantins. Palmas – TO, 1989.

TOCANTINS. Lei Estadual nº 4.683/63, de 14 de outubro de 1963. Transforma o distrito Sítio Novo de Goiás em Município. Palmas – TO, 1963.

WIRTH, Louis. Urbanism as a way of life. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 44, n. 1, p. 1-24, 1938. DOI: 10.1086/217913.

Todos os(as) autores(as) declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

Recebido em: 20/09/2025 | **Aceito em:** 20/10/2026